



# DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

## EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

---

Extrato de Publicação, referente a matéria  
matéria nº: 96909 de 22/03/2013  
Edição Eletrônica nº 19540



---

Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE  
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS  
OFICIAIS - 14284443000197

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores acionistas,

A administração da Iceport - Terminal Frigorífico de Navegantes S/A, em cumprimento às disposições legais estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 2012.

Informamos ainda que o parecer da auditoria sobre as Demonstrações Financeiras, esta disposto na "Controladora" - PORTONAVE S/A - TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES, de forma consolidada, pela Companhia ser uma subsidiária integral da mesma.

Navegantes, 22 de março de 2013

A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL – 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
			Reapresentado
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.645	3.494
Contas a receber	6	18.572	11.151
Impostos a recuperar	7	152	50
Adiantamento a fornecedores	8	3.181	2.451
Estoques	9	6.872	2.684
Outros créditos	10	55	99
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>31.477</b>	<b>19.929</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		-	13
Valores a receber	6	4.911	
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	9.507	8.094
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>14.418</b>	<b>8.107</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>45.895</b>	<b>28.036</b>

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
			Reapresentado
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	7.771	20.215
Empréstimos e financiamentos	13	29.134	17
Obrigações sociais e trabalhistas		1.420	1.262
Obrigações fiscais	14	683	530
Adiantamento de clientes		115	1.815
Partes relacionadas	15	6.388	877
Outras obrigações		-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>45.511</b>	<b>24.716</b>
<b>Não circulante</b>			
Outras obrigações	12	1.318	-
Provisões para riscos	16	7	11
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.325</b>	<b>11</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19	4.000	4.000
Prejuízos acumulados		(4.941)	(691)
Total do patrimônio líquido		(941)	3.309
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>45.895</b>	<b>28.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2012	2011
Receita operacional			
Operações com cargas próprias		98.932	113.360
Operações com cargas de terceiros		10.260	4.519
		109.192	117.879
Receita operacional líquida	20		
Custos serviços prestados/mercadorias vendidas			
Venda de mercadorias e serviços		(105.591)	(115.452)
Custo com pessoal		(5.310)	(4.575)
		(110.901)	(120.027)
Lucro (prejuízo) bruto		(1.709)	(2.148)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.417)	(1.915)
Remuneração dos administradores		(1.251)	(1.020)
Despesas com pessoal		(1.239)	(962)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	180	1.434
		(3.727)	(2.463)
Lucro/(prejuízo) operacional		(5.436)	(4.611)
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		4.622	930
Despesas financeiras		(4.397)	(2.340)
Variação cambial, líquida		(452)	(2.764)
		(227)	(4.174)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.663)	(8.785)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.413	8.094
		1.413	8.094
Lucro (prejuízo) líquido do período		(4.250)	(691)
Quantidade de ações (lote de mil)		4.000	4.000
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por lote de mil ações, em reais		(1,06)	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Capital social	Lucros a destinar	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	4.000	(5.841)	(1.841)
Distribuição de dividendos	-	-	-
Lucro do exercício	-	11.059	11.059
Dividendos propostos pela administração	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	4.000	5.218	9.218
Distribuição de dividendos	-	(5.218)	(5.218)
Prejuízo do exercício	-	(691)	(691)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)</b>	4.000	(691)	3.309
Prejuízo do exercício	-	(4.250)	(4.250)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	4.000	(4.941)	(941)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
		Reapresentado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(4.250)	(690)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais		
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.413)	(8.094)
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(4)	-
Apropriação de receitas diferidas, líquidas	131	-
Variações nos ativos e passivos (Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(12.332)	(308)
Contas vinculadas		
Impostos a recuperar	(101)	59
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	(4.133)	(2.592)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(11.890)	13.933
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	5.511	870
Obrigações sociais e trabalhistas	160	829
Impostos, taxas e contribuições	153	418
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(1.796)	1.727
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(29.966)	6.152
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	-	-

...continua DFC na página seguinte



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (continuação)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(5.218)
Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	-	-
Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais	-	-
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	29.117	13
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamento	29.117	(5.205)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(849)</b>	<b>947</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	3.494	2.547
No fim do exercício	2.645	3.494
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(849)</b>	<b>947</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITAS</b>		
Vendas de serviços	11.561	-
Vendas de mercadorias	105.700	126.706
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Outras receitas	12	1.434
Provisão para devedores duvidosos	(1.163)	-
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(106.599)</b>	<b>(117.201)</b>
Custos dos serviços prestados	(93.132)	(107.778)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.615)	(8.546)
Outros custos operacionais	148	(877)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>9.511</b>	<b>10.939</b>
<b>RETENÇÕES</b>		
Depreciação e amortização	-	-
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>9.511</b>	<b>10.939</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	15.210	9.708
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	1.413	8.094
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>26.134</b>	<b>28.741</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>6.511</b>	<b>5.566</b>
Remuneração direta	4.693	3.900
Benefícios	1.418	1.338
F.G.T.S	400	328
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>8.486</b>	<b>9.983</b>
Federais	6.683	6.954
Estaduais	1.551	2.906
Municipais	252	123
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>	<b>15.387</b>	<b>13.882</b>
Juros	221	4
Aluguéis	-	-
Outros	15.166	13.878
Remuneração de capitais próprios	-	-
Compensação de prejuízos com a parcela da reserva de reavaliação realizada	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.250)	(690)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A COMPANHIA

Em 30 de setembro de 2003, foi constituída a ICEPORT TERMINAL FRIGORÍFICO DE NAVEGANTES S/A, com sede à Avenida Portuária Vicente Coelho, 55, Centro, Navegantes/SC, e tem por objeto as seguintes atividades comerciais e de prestação de serviços: (i) Depósito de mercadorias para terceiros; (ii) Comércio por atacado de pneumáticos; (iii) Representação comercial; (iv) Transporte rodoviário de carga municipal; (v) Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas; (vi) Comércio atacadista de madeira e produtos derivados; (vii) Comércio atacadista de aves abatidas e derivados e, (viii) Atividades de "trading company".

A Companhia é subsidiária integral da PORTONAVE S/A - Terminais Portuários de Navegantes, "Controladora", e suas atividades comerciais garantem a movimentação de carga própria, aliada com a operação portuária da Controladora.

Em junho de 2011, a Companhia abriu uma filial no município de Telêmaco Borba, no estado do Paraná, a fim de operacionalizar o comércio de madeira serrada e seus derivados, tanto no mercado externo como no interno.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, comparativo 2011, foi autorizada pela Controladora em 09 de janeiro de 2013.

## 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## 2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

## Base de consolidação

O exercício social da Companhia é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

## 2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e da Controladora.

## Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que, todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

## 2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

## Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da armazenagem de mercadorias e outras prestações não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

## Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## 2.4 Impostos

### *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

### *Impostos diferidos*

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas de mercadorias e de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas médias:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2%
- Imposto de Exportação – IE: 9%

## 2.5 Instrumentos financeiros

### *(i) Ativos Financeiros*

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor

justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

##### *(iii) Passivos financeiros*

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

#### **Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### **Desreconhecimento (baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

#### **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de

relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

#### **2.7 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou ao valor líquido, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.
- O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda.

#### **2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos

que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### **2.9 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **2.10 Provisões**

##### **Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável



vel que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.11 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo- Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas de-

monstrações financeiras consolidadas:

#### Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia em análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, tomadas em conjunto, identificou imperfeições, que podem individualmente influenciar as decisões econômicas de usuários, por ter impacto no resultado e no patrimônio da Companhia

divulgado naquela data. As imperfeições foram originadas pelos seguintes fatos:

- Não reconhecimento, pela Companhia da provisão da remuneração variável (PLR) na referida competência, no montante de R\$ 281.

Todas as demonstrações financeiras foram devidamente reapresentadas, considerando o ajuste do montante acima.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos	740	581
Aplicações Financeiras	1.905	2.913
	<b>2.645</b>	<b>3.494</b>

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

### 6. CONTAS A RECEBER

Registra os valores a receber relativo às atividades de prestação de serviços de armazenagem de cargas frigoríficas e operações líquidas de venda de mercadorias nos mercados interno e externo, conforme abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Curto Prazo		
Serviços de armazenagem	843	874
Exportação/Importação de mercadorias	21.101	10.277
(-) Mercadorias não embarcadas	(2.209)	-
(-) Risco de não recebimento	(1.163)	-
Total - Curto Prazo	<b>18.572</b>	11.151
Longo Prazo		
Exportação/Importação de mercadorias	4.911	-
	<b>23.483</b>	<b>11.151</b>

Devido ao incêndio ocorrido em novembro de 2009, nas instalações da câmara frigorífica, os serviços de armazenagem de mercadorias só retornaram junho de 2011.

Os principais produtos exportados são: frango congelado, couro "in natura", madeira serrada e minério, tendo como principais mercados Ásia e Europa.

Os principais produtos importados são: pneus, máquinas e equipamentos, pisos cerâmicos, produtos têxteis, oriundos principalmente da Ásia e da Europa.

### 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Registra nesta rubrica montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades da companhia, bem como de suas subsidiárias. Os valores são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, e os montantes passíveis de restituição foram solicitados junto ao Fisco Federal, Estadual e Municipal.

	31/12/2012	31/12/2011
IRRF a Recuperar	29	44
IRPJ	59	-
CSLL	22	-
IPI	33	-
Outros Impostos	9	6
	<b>152</b>	<b>50</b>

### 8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

O montante de R\$ 3.181 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.451 em 31/12/2011), consignados nesta rubrica correspondem a adiantamentos relativos a prestação de serviços e aquisição de mercadorias aplicados na operação da companhia.

### 9. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2012, os estoques de mercadorias da companhia estavam compostos conforme abaixo:

	2012	2011
Carne de aves - congeladas (ao custo)	-	2.185
Carne suína congelada (ao custo)	-	25
Fios sintéticos (ao custo)	-	4
Madeira serrada (ao custo)	-	4
Cavaco de madeira	195	-
Toras de madeira	85	-
Couro	1.299	-
Máquinas e Equipamentos	609	-
Minério - Calcopirita	97	-
Exportações em andamento	2.203	-
Madeira - Filial PR	288	-
Importações em andamento (ao custo)	2.096	466
	<b>6.872</b>	<b>2.684</b>

**10. OUTROS CRÉDITOS**

	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamentos a funcionários	55	97
Outros	-	2
	<b>55</b>	<b>99</b>

**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia possui registrado Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo diferido		
Imposto de Renda	6.991	5.952
Contribuição Social	2.516	2.142
	<b>9.507</b>	<b>8.094</b>

A Companhia registra Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo, sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social. O ativo de R\$9.507 encontra-se fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios examinados e aprovados pela Administração da Companhia, tendo efeito nos impostos diferidos do resultado da companhia.

**12. FORNECEDORES**

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços	35	63
Mercadorias	3.134	7.033
Em moeda estrangeira	4.602	13.119
	<b>7.771</b>	<b>20.215</b>

No longo prazo registra o montante de R\$ 1.318, relativo aos fornecedores de mercadorias importadas.

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Registra o montante de R\$ 29.134, relativo a empréstimos (adiantamento de contrato de câmbio) para operacionalizar as exportações da Companhia.

**14. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre: o faturamento e por antecipações por serviços tomados conforme abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos retidos a recolher	64	85
Impostos sobre faturamento a recolher	619	445
	<b>683</b>	<b>530</b>

**15. PARTES RELACIONADAS**

	31/12/2012	31/12/2011
Passivo Circulante		
Portonave S/A - operações comerciais	404	397
Portonave S/A - locação industrial	5.903	480
Teconnave S/A - operações comerciais	81	-
	<b>6.388</b>	<b>877</b>

**16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A Companhia esta envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrado provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Trabalhistas	11	-	(4)	7
	11	-	(4)	7

Adicionalmente, a Companhia é ré em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e, consequentemente, não são registradas provisões para essas ações. As principais discussões de risco possível encontram-se abaixo sumariadas:

- Ação movida pela empresa Doux Frangosul relativo aos lucros cessantes da mercadoria danificada pelo incêndio ocorrido na câmara frigorífica da companhia, no montante de R\$ 382.

**17. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia consignou como Remuneração dos Administradores o montante de R\$ 1.251 (R\$ 1.020 em 2011). A remuneração dos administradores é baseada em pró-labore e participações nos resultados.

**18. OBJETIVO E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	2.645	3.494
Adiantamento a fornecedores	3.181	2.451
Clientes	18.572	11.151
Fornecedores	(7.771)	(20.215)
Partes relacionadas	(6.388)	(877)
Empréstimos	(29.134)	(17)

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

**Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros, b) risco cambial e c) risco de preço relativo às suas ações. A Companhia possui importações e exportações de insumos ou serviços e não tem ações negociadas em mercado.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo (federal, estadual ou municipal) que possam afetar a continuidade da exploração das atividades da companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo de todo o exercício.

**Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

**Risco de Liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração.

**Gestão do Capital Social**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

**19. CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro 2012, o capital social subscrito está composto por 4.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Portonave S/A, e gravadas em favor do Banco Santander S/A.

**20. RECEITA OPERACIONAL**

	2012	2011
Operações com cargas próprias	107.795	122.136
Operações com cargas de terceiros	11.561	5.001
Total da Receita Bruta	<b>119.356</b>	<b>127.137</b>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(6.555)	(5.959)
Impostos estaduais	(1.283)	(2.768)
Impostos municipais	(231)	(100)
Cancelamento de Vendas	(2.095)	(431)
Total das deduções	<b>(10.164)</b>	<b>(9.258)</b>
Receita operacional líquida	<b>109.192</b>	<b>117.879</b>

**21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Seguros	-	1.434
Outros	180	-
	<b>180</b>	<b>1.434</b>

**22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	14	29
Juros ativos	12	8
Descontos obtidos	2.530	893
Recuperações de despesas	2.066	-
	<b>4.622</b>	<b>930</b>
Variação cambial		
Variação cambial ativa	10.576	8.778
Variação cambial passiva	(11.028)	(11.542)
	<b>(452)</b>	<b>(2.764)</b>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(1.329)	(1.136)
Juros e multas de mora	(224)	(17)
Outras despesas financeiras	(27)	(14)
Descontos concedidos	(2.817)	(1.173)
	<b>(4.397)</b>	<b>(2.340)</b>

**Antonio Carlos Rodrigues Bersaneti**  
Diretor Executivo

**Pedro Viriato Parigot de Souza Filho**  
Diretor Administrativo

**Alfredo Pacheco do Amaral Junior**  
Diretor Operacional

**Anderson da Silva Gomes**  
Contador  
CRC 1 PR - 049.702/O-4  
CPF: 876.160.509-30